



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Correição Parcial nº: 0003138-39.2014.8.17.0000 (0331442-7)  
Comarca: Paulista  
Juízo: 1ª Vara Criminal  
Requerente: Ministério Público de Pernambuco  
Requerido: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista  
Procuradora de Justiça: Yléna de Fátima Monteiro Araújo  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto de Castro Campos  
Relator convocado: Juiz Laiete Jatobá Neto

**EMENTA: CORREIÇÃO PARCIAL. NÃO CONHECIMENTO POR AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Não há previsão de correição parcial no Código de Organização Judiciária ou no Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, tendo sido tal previsão suprimida do COJEPE pelo art. 2º da Lei no. 7.503/77 e pelo no. 1º do art. 4º da Resolução 11/75.
2. Assim, não há de se permitir o processamento de insurreição que não encontra amparo no ordenamento jurídico vigente.
3. Correição parcial não conhecida. Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Correição Parcial, figurando como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão havida em 03 de setembro de 2014, à unanimidade, pelo não conhecimento do recurso, tudo nos termos do relatório, votos e demais peças que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 10/09/2014.

  
JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO  
REVISOR CONVOCADO



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



**Correição Parcial nº:** 0003138-39.2014.8.17.0000 (0331442-7)  
**Comarca:** Paulista  
**Juízo:** 1ª. Vara Criminal  
**Requerente:** Ministério Público de Pernambuco  
**Requerido:** Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista  
**Procuradora de Justiça:** Yélena de Fátima Monteiro Araújo  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto de Castro Campos  
**Relator convocado:** Juiz Laiete Jatobá Neto

**RELATÓRIO**

Trata-se de correição parcial interposta pelo Ministério Público em face do despacho exarado pelo Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista, que indeferiu pedido de diligência não apresentado pelo *Parquet* com o objetivo de localizar e intimar testemunhas e citar um dos réus e concedeu o prazo de 30 dias antes da audiência de instrução e julgamento para que se informe ao Juízo os seus endereços.

Narra o *Parquet*, em síntese, que não formulou tal requerimento nos autos do processo originário, tendo agido o Juiz com desídia ao indeferir pedido inexistente. Aduz, ainda, que em que pese os endereços das testemunhas, bem como do réu, constarem nos autos, não houve qualquer tentativa do Juízo no sentido de intimá-las/citá-lo.

Conclusos os autos à Relatoria do Des. Fausto Campos, o qual substituo, ele, às fls. 76, deferiu o provimento liminar a fim de suspender o prazo estipulado pelo Juízo *a quo* para apresentação do endereço das testemunhas e réu, até o julgamento definitivo da presente correição parcial.

A Procuradoria de Justiça, através da Dra. Yélena de Fátima Monteiro Araújo, emitiu parecer, às fls. 103/106, pelo provimento da correição parcial para que seja reformada a decisão impugnada e providenciadas, pelo Juízo, as intimações das testemunhas e citação do réu.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 05 de agosto de 2014.

  
**JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO**  
**REVISOR CONVOCADO**



113

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

**Correição Parcial nº:** 0003138-39.2014.8.17.0000 (0331442-7)  
**Comarca:** Paulista  
**Juízo:** 1ª. Vara Criminal  
**Requerente:** Ministério Público de Pernambuco  
**Requerido:** Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista  
**Procuradora de Justiça:** Yélena de Fátima Monteiro Araújo  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto de Castro Campos  
**Relator convocado:** Juiz Laiete Jatobá Neto

**VOTO PRELIMINAR**

Como cediço, cabe correição parcial para corrigir, em processo ou procedimento judicial, ato, omissão ou despacho do juiz, decorrentes de erro, omissão, abuso ou ato tumultuário (*error in procedendo*) e para os quais não haja previsão de outro recurso.

Não se olvide que a correição parcial era historicamente prevista nas Leis de Organização Judiciária do Poder Judiciário de cada ente federativo em face da implícita autorização de sua regulamentação dada pelo art. 5º da revogada Lei do Mandado de Segurança. Todavia, a referida Lei no. 1.533/51 foi revogada pela Lei 12.016/2009 e na nova redação dada ao art. 5º não figura mais essa implícita autorização de regulamentação.

Outrossim, não há previsão de correição parcial no Código de Organização Judiciária ou no Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, tendo sido tal previsão suprimida do COJEPE pelo art. 2º da Lei no. 7.503/77 e pelo no. 1º do art. 4º da Resolução 11/75.

Ocorre que, para análise do aludido recurso, exige-se previsão expressa no Regimento Interno do respectivo Tribunal, o que não se verifica no caso concreto, de modo que não se mostra possível o seu conhecimento.

Assim, não há de se permitir o processamento de insurreição que não encontra amparo no ordenamento jurídico vigente.

Ante o exposto, não conheço da correição parcial.

É como voto.

Recife, 3/9/14.

**JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO**  
**REVISOR CONVOCADO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

**Correição Parcial nº:** 0003138-39.2014.8.17.0000 (0331442-7)  
**Comarca:** Paulista  
**Juízo:** 1º. Vara Criminal  
**Requerente:** Ministério Público de Pernambuco  
**Requerido:** Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paulista  
**Procuradora de Justiça:** Yélana de Fátima Monteiro Araújo  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto de Castro Campos  
**Relator convocado:** Juiz Laiete Jatobá Neto

**VOTO**

A correição parcial destina-se à correção de decisões não impugnáveis por outros recursos e que configurem inversão tumultuária dos atos e fórmulas da ordem legal do processo.

Alega o MP que o Juízo imotivadamente deixou de expedir os mandados de intimação das testemunhas, e de citação de um dos réus, conforme requerido na denúncia.

O que se observa dos documentos trazidos aos autos, no entanto, é que, devidamente expedido o mandado de citação, o réu Jeverson Bezerra dos Santos, o único que não foi citado, não foi encontrado no endereço fornecido, tendo em vista que não mais reside no local.

Em pesquisa ao sistema *Judwin*, verifiquei que o processo foi desmembrado em relação a este réu específico, uma vez que se encontra em local incerto e não sabido.

Assim, na hipótese, apenas os mandados de intimação das testemunhas arroladas na denúncia não foram devidamente expedidos, por ausência de determinação do magistrado, que, ao receber a exordial, determinou a expedição de ofícios ao TRE, Receita Federal, Compesa e Celpe, objetivando obter os seus endereços atualizados, e, posteriormente, proferiu decisão indeferindo requerimento inexistente no sentido de realizar tais diligências.

Decorre do art. 370 do CPP que a intimação das testemunhas é ato judicial, atribuição, portanto, do Juízo. Uma vez informados nos autos os endereços das testemunhas arroladas na denúncia, deve o magistrado determinar a expedição dos mandados, da forma mais célere possível, em homenagem ao princípio da razoável duração do processo.

Trata-se, portanto, de *situação sui generis* que, de fato, inverteu os atos e fórmulas da ordem legal do processo, tendo em vista que é atribuição do Juiz zelar pelo seu regular andamento, no exercício do seu poder-dever de presidir a instrução processual, sendo contraproducente perquirir acerca dos endereços das testemunhas sem ao menos tentar intimá-las nos endereços previamente informados.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**

---

Desta forma, voto pelo provimento da presente correção parcial, para que sejam intimadas as testemunhas nos endereços informados nos autos.

É como voto.

Recife,

**JUIZ LAIETE JATOBÁ NETO**  
**REVISOR CONVOCADO**